

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Paulo Ernani Gadelha Vieira

Vice-Presidente de Ensino,
Informação e Comunicação

Nísia Trindade Lima

EDITORA FIOCRUZ

Diretora

Nísia Trindade Lima

Editor Executivo

João Carlos Canossa Mendes

Editores Científicos

Carlos Machado de Freitas

Gilberto Hochman

Conselho Editorial

Claudia Nunes Duarte dos Santos

Jane Russo

Ligia Maria Vieira da Silva

Maria Cecília de Souza Minayo

Marília Santini de Oliveira

Moisés Goldbaum

Pedro Paulo Chieffi

Ricardo Lourenço de Oliveira

Ricardo Ventura Santos

Soraya Vargas Córtes

Avaliação por triangulação de métodos

Abordagem de Programas Sociais

Maria Cecília de Souza Minayo
Simone Gonçalves de Assis
Edinilsa Ramos de Souza
(organizadoras)

4ª Reimpressão



Em 1992, Juan Samaja, em artigo na revista *Educación Medico-Social* com o título *La combinación de métodos: pasos para una comprensión dialéctica del trabajo interdisciplinario*, também teorizou sobre o assunto, tratando-o do ponto de vista do diálogo entre áreas do conhecimento. Minayo & Cruz Neto, pesquisadores do próprio Claves, em 1999 elaboraram um artigo publicado pela Edamex, no México, no livro *Salud, Cambio Social y Política, Perspectivas desde América Latina* intitulado *Triangulación de métodos en la evaluación de programas y servicios de salud*, tratando da abordagem e noticiando a experiência do grupo de pesquisa.

Tendo em vista que, além dos trabalhos citados, com certeza há outros de maior e menor relevância sobre o assunto, qual seria a contribuição desta obra, no âmbito da literatura nacional e internacional? Essa pergunta enseja uma apresentação mais minuciosa dos bastidores da criação do livro que ora entregamos ao público.

Nos últimos quatro anos, elaboramos uma ampla reflexão teórica e uma aprofundada habilidade prática de investigação avaliativa, a propósito de uma intervenção pedagógico-social denominada Cuidar, realizada em escolas de níveis fundamental e médio em várias regiões do país. Aceitamos o desafio de fazer parte de um grupo de instituições que resolveu apostar em estratégias de *educação para valores em escolas*, das quais o Cuidar é um exemplo.

Nesse grupo, nossa função específica foi a de avaliar a implantação e a implementação dessa intervenção traçada e disponibilizada pela Modus Faciendi, uma instituição criada e presidida pelo renomado educador Antônio Carlos Gomes da Costa. O patrocínio da abordagem pedagógica e da avaliação e a gestão empresarial da proposta ficaram a cargo do Instituto Souza Cruz. A realização do projeto coube a secretarias de educação de vários municípios do país, abrangendo escolas públicas e privadas, num total que hoje já atinge 5 estados, 226 escolas, 4.165 educadores e 86.334 estudantes.

Pela variedade de atores e pela sua diversidade de posições no processo, certamente cada um dos citados acima se beneficiou de forma peculiar no diálogo interinstitucional desenvolvido durante os quatro anos do programa Cuidar. Cabendo-nos a responsabilidade da avaliação, nossa curiosidade estava voltada para duas direções: (1) observar como uma intervenção no campo da *educação para valores* poderia promover a cidadania e, portanto, atuar no lado positivo da promoção da vida: o antídoto da violência; (2) aprofundar teórica e praticamente a estratégia *avaliação por triangulação de métodos*, que já vínhamos praticando. Realizando, passo a passo, o monitoramento do processo, pude-

mos ter resposta para nossas indagações, ressaltando as conquistas e os problemas de ordem conceitual, técnica e organizativa que iam ocorrendo durante a intervenção sociopedagógica. E, por meio de uma ação reflexiva voltada para decisões, chegamos a estabelecer parâmetros para a ação presente e futura, por meio de conclusões consensualizadas, embora sempre provisórias.

Portanto, este livro fala da 'cozinha' da avaliação, ou seja, do como fizemos cada passo do trabalho metodológico e o que nele correspondeu à aprendizagem teórica, à criação de aproximações e à elaboração de instrumentos. Ele traz ao leitor o resultado de uma atividade em que se buscou, dialeticamente, juntar teoria e prática, pesquisadores de várias áreas, instituições diversas e síntese de resultados. É nisso que o livro inova, pois não aporta apenas um conjunto de técnicas; não é somente a descrição de um processo de elaboração; não é simplesmente uma teorização. Traz a dinâmica de construção, em sintonia e em interação, desse conjunto de atividades necessárias, por meio de uma disposição dialógica que constitui a condição *sine qua non* de qualquer trabalho científico em cooperação interdisciplinar. Ao apresentar as etapas da investigação avaliativa por triangulação, oferece ao leitor a teoria, o método, as técnicas e a exemplificação de cada passo.

Por isso, consideramos este trabalho como uma inovação no campo a que se destina e uma inflexão teórico-metodológica sem precedentes, na medida em que fundamenta um *modus faciendi* de coletivo de pesquisa que, ao mesmo tempo, preserva a 'especialização individualizada' de cada um de seus integrantes.

Nossos leitores poderão julgar o acerto desse passo que já recebeu o aplauso de vários pares, das instituições com quem estabelecemos cooperação e do Ministério da Cultura que, junto com o Instituto Souza Cruz, se propôs a financiar a iniciativa de sua publicação. A esse ministério, por meio de sua Secretaria do Livro e Leitura e ao Instituto Souza Cruz, na pessoa da Dra. Leticia Sampaio, expressamos nossos sinceros agradecimentos. Compartilhamos os méritos do trabalho com os estudantes, professores, gestores das escolas e dos municípios onde ocorreu a avaliação e ainda está em pleno vigor o Cuidar, com a Modus Faciendi, e sobretudo com o Instituto Souza Cruz. Esperamos que um dos frutos teóricos e práticos desse Programa seja o acerto de divulgar sua estratégia de monitoramento, a *avaliação por triangulação de métodos*, como uma contribuição positiva para o avanço das análises de políticas sociais no Brasil.

As Organizadoras

Introdução

Conceito de avaliação por triangulação de métodos

Maria Cecília de Souza Minayo

É na medida em que avaliados e avaliadores dialoguem, instituições e sistemas se sintonizem e inteligências múltiplas se complementem que a avaliação irá emergindo com suas características mais notáveis de propulsora das necessárias transformações educacionais e sociais e de advogada dos direitos humanos (Penna Firme, 2003:2)

Avaliação, como técnica e estratégia investigativa, é um processo sistemático de fazer perguntas sobre o mérito e a relevância de determinado assunto, proposta ou programa. Um processo de avaliação de programas e projetos sociais geralmente tem, como sentido mais nobre, fortalecer o movimento de transformação da sociedade em prol da cidadania e dos direitos humanos. Segundo Penna Firme (2003), para que isto ocorra, destacam-se quatro dimensões: *utilidade*, pois jamais se deve empreender uma avaliação inútil; *viabilidade* do ponto de vista político, prático e de custo benefício; a *ética*, que ressalta o respeito aos valores dos interessados; e a *precisão* técnica.

Do ponto de vista da utilidade, uma boa avaliação visa a reduzir incertezas, a melhorar a efetividade das ações e a propiciar a tomada de decisões relevantes. Guia-se por quatro objetivos: oferecer respostas aos beneficiários, à sociedade e ao governo sobre o emprego dos recursos públicos; orientar os investidores sobre os frutos de sua aplicação; responder aos interesses das instituições, de seus gestores e de seus técnicos; buscar sempre uma melhor adequação de suas atividades.

Ao mesmo tempo que esses objetivos geralmente se somam em projetos sociais, cada um deles pode se constituir especificamente como único, compondo o foco e o contexto da avaliação (Contandriopoulos et al., 1997; Posavac & Carey, 2003; Costa Reis, 2004). É importante enaltecer tanto o sentido como a orientação prática desse tipo de ação, pois, como lembra Penna Firme (2003:1), nem toda avaliação é produtiva: “avaliar pode ser um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso; pode conduzir a resultados significativos ou a respostas sem sentido; pode defender ou ameaçar”, dependendo de seus propósitos e da seriedade intelectual com que é feita.

Os dois primeiros objetivos assinalados são tradicionalmente conhecidos, pois tratam de evidenciar a eficiência, a eficácia e a efetividade na orientação das propostas de intervenção social, no atendimento aos destinatários e nos efeitos multiplicadores que elas possam apresentar. Nestes casos, o que se espera de uma avaliação de projetos e programas sociais pode ser resumido em compreender o que contribui para o êxito dos programas, projetos e serviços; o que possibilita seu alcance e questiona seus limites. Toda avaliação útil, ética e tecnicamente adequada acompanha o desenrolar de uma proposta e subsidia a correção de rumos e a re-orientação de estratégias de ação. Seu sentido ético alia-se a seu valor técnico e de responsabilidade social.

Em relação à missão institucional, a avaliação de programas visa à economia interna da atuação e à criação de uma capacidade técnica adequada e de qualidade. Neste caso, ela lida com fortes componentes subjetivos, corporativos e de visão de desenvolvimento.

Em outras palavras, a avaliação também é ideológica. Para que ela tenha sucesso, o terceiro objetivo precisa vir junto com a valorização da avaliação como um processo de aprendizagem que pode subsidiar pessoas, organizações e grupos sociais em escolhas mais consistentes em relação aos rumos de suas iniciativas.

Gestores e técnicos que vislumbram o papel da avaliação como parte de seu planejamento e de sua prática cotidiana criam espaços permanentes de reflexão sobre a prática. Isto lhes permite desconstruir idéias, alinhar conceitos, corrigir rumos, mudar prioridades, abrir mão de iniciativas que não se mostram frutíferas e até trocar gestores.

Do ponto de vista ético, a avaliação das intervenções sociais se dirige para mudanças que precisam ser construídas no chão da realidade social: a população brasileira anseia por diminuir as desigualdades e por ver erradicados o *mandonismo* e o *autoritarismo político*. A competente análise de um programa torna

mais evidente, para a sociedade, a aplicação de seus recursos, evitando ou denunciando desperdícios. Essa orientação é tanto mais eficaz quanto mais o conceito e a prática avaliativa passam a fazer parte do cotidiano das instituições.

O hábito de avaliar programas e projetos sociais com métodos e técnicas científicas tornou-se freqüente após a Segunda Guerra Mundial nos países centrais do capitalismo, acompanhando os maciços investimentos em políticas públicas de bem-estar social. A avaliação passou, portanto, nos últimos 60 anos, a fazer parte da pauta de investimentos teóricos e práticos, ao lado das pesquisas sociais, visando à maior eficiência na aplicação de recursos e à efetividade nas ações. Ela tem sido adotada ora como uma ação externa isolada, ora como etapa do planejamento e da gestão de programas e projetos e no seu sentido mais nobre, acompanhando as ações sociais desde o seu primeiro desenho. Autores como Scriven (2003) definem, atualmente, não apenas como uma técnica, mas como uma ‘transdisciplina’, com um campo de estudo próprio e ao mesmo tempo oferecendo instrumentos de reflexão para outras áreas de conhecimento.

Na etapa de evolução do capitalismo atual (chamada pós-moderna por diversos autores), a avaliação de políticas sociais passou a ser intensamente valorizada. Isto se deve a mudanças profundas no paradigma das relações sociais de produção, cujas características são o acelerado crescimento do fluxo de informações, de economia de escala e de focalização de ações. A avaliação torna-se verdadeiro desafio na área social, em que as decisões de investimento são muito complexas, difusas e marcadas por fortes componentes culturais e políticos, exigindo um desenho de instrumentos que valorizem toda essa gama de intervenientes.

O processo de institucionalização das tecnologias de avaliação de intervenções sociais, no Brasil, além de recente, é ainda muito tímido, o que se deve principalmente à cultura autoritária e clientelista que costuma orientar a prática política do país, independentemente dos governos vigentes. Esta prática, impregnada de populismo retrógrado, persiste ainda em nossos dias, convive com modelos altamente sofisticados de gestão e só conhece um momento de avaliação das ações: o início das atividades de um governo (federal, estadual, municipal), em que se critica sumariamente tudo o que foi realizado até então. A gestão pública parece ter de começar da estaca zero, ao bel-prazer da competência ou da incompetência do gestor de plantão. Descontinuidade administrativa é o termo mais adequado para denominar esse desmando. Prejuízo à população é o resultado do descalabro.

Geralmente, a avaliação apressada e movida por juízo de valor partidário sobre a gestão passada é simplista: tudo o que foi realizado antes não serve, não presta. E, a partir de um marco zero estabelecido por critérios de benefício político, a roda da nova administração recomeça a girar lentamente. Espera os dois anos finais para intensificar ações que dão visibilidade eleitoreira, para, em seguida, declinar ao final dos quatro anos de governo.

Inicia-se, então, o momento em que a roda será de novo reinventada. O mandatário da vez resolve ordenar que a 'pedra no sapato' da questão social seja outra vez empurrada pelos 'Sísifos' de plantão.

Essa, sem dúvida, é uma caricatura da gestão das políticas sociais no Brasil. Há exceções e sinais de avanço em alguns setores. Mas a regra permanece inalterada, a ponto de a sociedade já ter se acostumado ao fato de que, em um primeiro ano de governo, sempre as realizações sejam muito poucas. É o tempo de 'azeitamento da máquina', ou seja, o intervalo necessário para que se afirme a marca da nova gestão. É bem verdade que as questões da cultura política no Brasil, que se reproduzem secularmente, ultrapassam o escopo de uma introdução sobre avaliação (Nunes, 1997). Entretanto, tais problemas precisam ser nomeados e minimamente compreendidos para que se possa avaliar a dinâmica dos programas sociais no país.

Apesar da crítica anterior, é preciso reconhecer que, a partir dos anos 90, se intensificaram práticas de avaliação na área social no Brasil (Cohen & Franco, 1993; Hartz, 1997; Uchimura & Bosi, 2002; Silva & Brandão, 2003; Raposo, 2001; Carvalho, 2001; Costa Reis, 2004, entre outros). Vários fatores têm contribuído para isto. Entre eles, destacam-se:

- a reforma do Estado, que fez diminuir sua presença direta nas áreas sociais e aumentar seu papel de formulador de políticas e repassador de recursos para o terceiro setor;
- a focalização da ação governamental em determinadas atividades, exigindo análise de eficácia dos investimentos;
- a entrada de organizações não-governamentais e da iniciativa privada na realização de inúmeros serviços de interesse público, em relação aos quais há uma concorrência por recursos e tanto as empresas como os governos cobram resultados;
- as exigências dos órgãos internacionais que financiam projetos sociais;

- a ampliação e o aprofundamento dos mecanismos de controle social, colocando os recursos públicos sob vigilância da sociedade civil e gerando pressão dos meios de comunicação e da opinião pública.

É necessário levar em conta, também, o aumento da capacidade teórico-metodológica, técnica e crítica dos intelectuais e pesquisadores para uma colaboração mais ativa, tanto com os governos como com o terceiro setor.

O QUE É AVALIAR UM PROGRAMA?

Muitas são as noções de *avaliação*, que é um processo essencialmente humano e realizado cotidianamente pelo senso comum. Em sentido bem amplo avaliar significa julgar, estimar, medir, classificar, analisar criticamente alguém ou algo. Tecnicamente, esse processo é realizado com procedimentos sistemáticos. Eis uma definição genuinamente acadêmica e tradicional, falando de avaliação em geral: "É a sistemática para medir um fenômeno ou o desempenho de um processo, comparar o resultado obtido com os critérios estabelecidos e fazer uma análise crítica, considerando-se a magnitude da direção da diferença" (Pabon, 1985: 37).

O conceito de *avaliação de programas sociais* é um pouco mais restrito e pode ser compreendido como um conjunto de atividades técnico-científicas ou técnico-operacionais que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação, implementação e resultados (Rossi, Howard & Lipsey, 1999; Aguillar & Ander-Egg, 1994). Nas palavras de Rossi et al. (1992: 632), a avaliação de programas pode ser definida como a:

utilização de metodologias de pesquisa social para investigar, de forma sistemática, a efetividade de programas de intervenção social, que foi adaptada ao seu ambiente político e organizacional e planejada para conformar a ação social, de maneira que contribua para a melhoria das condições sociais.

Na atualidade, análises críticas sobre os tipos de avaliação formal vêm permitindo o surgimento de outras tentativas de conceituação mais inovadora e contemporânea, como a produzida por Silva & Brandão (2003: 2):

Entendemos avaliação como a elaboração, a negociação, a aplicação de critérios explícitos de análise, em um exercício metodológico cuidadoso e preciso, com vistas a conhecer, medir, determinar e julgar o con-

texto, o mérito, o valor ou o estado de um determinado objeto, a fim de estimular e facilitar processos de aprendizagem e de desenvolvimento de pessoas e de organizações.

No caso da definição de Pabon (1985), a ênfase de sua definição é dada à tecnologia do ato de avaliar e os verbos ressaltam a ação de *medir, comparar, analisar e diferenciar*. É como se o autor tratasse de uma atividade sem sujeito. Dos termos colocados por Pabon, se depreende que a avaliação é concebida como uma intervenção externa aos objetos e sujeitos avaliados.

Na abordagem de Silva & Brandão, a relevância é dada ao sentido *construcionista* e de parceria do processo. Os autores enfatizam tais como *elaboração, negociação, uso de critérios explícitos, processo de aprendizagem, desenvolvimento de pessoas e de organizações*. É o mesmo modelo preconizado por Penna Firme (2003: 3), quando diz que é preciso investir em:

Avaliações sensíveis à responsabilidade situacional, metodologicamente flexíveis no entendimento político e substancialmente criativas para integrar todas essas dimensões na direção do desenvolvimento e do aperfeiçoamento de seu objeto.

Nos textos de Silva & Brandão (2003) e de Penna Firme (2003), os verbos colocam pessoas e instituições em interação e a metodologia proposta faz parte do próprio conceito.

Na citação de Rossi, Howard & Lipsey (1999), a relevância é dada ao método científico a favor da busca de efetividade dos programas e da institucionalização dos resultados do processo. Propostas mais ou menos semelhantes às deles são delineadas por Aguilar & Ander-Egg (1994) e por Contandriopoulos et al. (1997), buscando separar o que consideram *avaliação normativa* e de *pesquisa avaliativa*.

Embora distintas e até opostas em sua concepção filosófica, as definições descritas, em sua essência, enfatizam os seguintes aspectos da avaliação: ela é uma emissão de juízo de valor sobre determinada intervenção; deve ser incluída no processo de planejamento das ações; tem o papel de subsidiar a gestão, e não visa a castigar as pessoas atingidas ou envolvidas nela, mas melhorar seu desempenho.

A concepção de trabalho que orienta este livro se inclui nas tentativas científicas contemporâneas que consideram a avaliação não um evento isolado mas sim um processo, em que se integram avaliadores e avaliados em busca do comprometimento e do aperfeiçoamento dos indivíduos, grupos, progra-

mas e instituições. Dentro das tipologias correntes, insere-se na modalidade de “investigação avaliativa” (Contandriopoulos et al., 1997; Silva & Formigli, 1994), em oposição ao termo *avaliação normativa*. Neste último caso, a ênfase teórica se coloca nas tecnologias que tratam o evento a analisar, buscando isolá-lo de qualquer interferência de contexto:

É a atividade que consiste em fazer julgamento sobre uma intervenção, comparando os recursos empregados e sua organização (estrutura), os serviços e os bens produzidos (processo) e os resultados obtidos, com critérios e normas. (Contandriopoulos et al., 1997: 37)

A *investigação avaliativa* tem outras características, como mencionam Contandriopoulos et al. (1997: 37): “pretende analisar a pertinência, os fundamentos teóricos, a produtividade, os efeitos e o rendimento de uma intervenção, assim como as relações existentes entre a intervenção e o contexto no qual se situa”. Ou seja, tem fundamentos científicos e acrescenta, ao processo normativo, os elementos de contexto.

Embora tenha relevância e referências científicas (e não apenas técnicas), a *investigação avaliativa*, na teoria e na prática, deve se distinguir da noção de *pesquisa acadêmica*. Pesquisadores e avaliadores trabalham dentro do mesmo paradigma de investigação, mas assumem papéis gerenciais diferentes e atuam para diferentes audiências. Worthen & Sanders (2004) apresentam algumas oposições complementares que distinguem esses dois papéis:

- Quanto à motivação – A pesquisa satisfaz curiosidades por meio de avanços no campo do conhecimento; a avaliação contribui para a solução de problemas práticos.
- Quanto ao objetivo da investigação – A pesquisa busca conclusões; a avaliação leva a decisões.
- Quanto à autonomia – A pesquisa costuma ser um empreendimento mais ou menos independente e autônomo; a avaliação é conduzida de acordo com o escopo delimitado pelos clientes.
- Quanto às propriedades do fenômeno – A pesquisa se faz, primordialmente, para gerar conhecimento; a avaliação visa a analisar a utilidade social e o valor de uma proposta;
- Quanto aos critérios de adequação – Uma pesquisa é julgada pela sua validade interna e externa. O julgamento de uma avaliação deve levar em conta: precisão, credibilidade, utilidade, viabilidade e propriedade.

- Quanto aos clientes – A pesquisa costuma ser conduzida a partir de uma idéia muito genérica de quem poderia usar seus resultados. A avaliação deve se iniciar identificando claramente seus destinatários e seu alvo.
- Quanto aos limites do tempo – Uma pesquisa organiza seu cronograma com critérios científicos e orçamentários; uma avaliação se prende aos cronogramas restritos dos rumos da intervenção e da demanda dos destinatários.
- Quanto aos aspectos disciplinares – Uma pesquisa pode ou não ser interdisciplinar, cabendo ao investigador definir. Uma avaliação precisa lançar mão de amplo espectro de perspectivas e técnicas para aferir resultados qualitativos e quantitativos de várias ordens.
- Quanto à preparação – Geralmente, um pesquisador atua dentro do domínio de sua disciplina. O avaliador precisa estar familiarizado com uma grande variedade de métodos e técnicas, visando à diversificação e à combinação de informações dele requeridas pelos destinatários: sociais, econômicas, organizacionais e outras.

No esquema de oposições citado, apresenta-se a falha comum a qualquer estrutura simplificada: torna reducionista a reflexão. No entanto, a partir dele, podem-se situar necessárias diferenças entre avaliação formal, investigação avaliativa e investigação acadêmica que, em vários pontos se tocam, mas têm ênfases distintas.

COMO AVALIAR PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Nesta introdução, não se pretende realizar uma revisão extensa e profunda, nem de autores, nem dos marcos da avaliação tradicional ou da avaliação qualitativa. Ao contrário, busca-se mostrar a existência de uma alternativa, tentando-se, ao mesmo tempo, fundamentá-la teoricamente e apresentar as possibilidades de operá-la, tomando-se como exemplo o *Programa Cuidar*, que será apresentado a seguir e cujos dados se encontram destacados em quadros ao longo dos capítulos.

A avaliação tradicional de políticas sociais geralmente trabalha com instrumentos quantitativos e analisa as estruturas dos programas, como eles se realizam processualmente e quais são seus resultados. A avaliação das estruturas contém informações sobre recursos físicos, humanos, materiais, formas de organização e funcionamento (normas e procedimentos), especificação

de equipamentos e tecnologias disponíveis. O estudo dos processos se dirige às atividades realizadas pelos provedores da intervenção, incluindo-se aí os componentes técnicos e as relações interpessoais. A análise de resultados se refere aos efeitos e aos produtos que as ações e os procedimentos provocam, de acordo com os objetivos da intervenção.

Visando a tratar a avaliação como um processo e uma construção que envolve os mais diferentes atores, vêm se tornando habituais outras formas de abordagem, quebrando-se o modelo quantitativista e positivista predominante. Desde a metade dos anos 80, começou-se a falar especificamente em *avaliação qualitativa*. Essa abordagem que se baseia nas correntes compreensivistas ainda é pouco desenvolvida e não constitui um corpo teórico completo e validado. Surgiu na área da saúde e nutrição (Scrimshaw & Hurtado, 1987; Patton, 1987; Minayo, D'Elia & Svitone, 1990; Minayo, 1991; Atkinson, 1993; Demo, 1999; Nuto & Nations, 1999; Uchimura & Bosi, 2002) e seu método se fundamenta na apropriação de estratégias de abordagem antropológica para aplicá-las à avaliação de programas e serviços.

Convém observar que a expressão 'avaliação qualitativa' necessariamente não significa a mesma coisa que 'avaliação de qualidade'. Essa última expressão, embora excepcionalmente seja tratada por meio de estratégias qualitativas, tradicionalmente se compõe de um corpo teórico-metodológico que privilegia a mensuração de procedimentos. Uchimura & Bosi (2002) e outros autores fazem uma longa discussão desse último conceito, mostrando que, em geral, ele é desenvolvido dentro de uma dimensão formal, tendo um sentido reducionista e unidimensional.

Embora apresentadas de várias formas, as abordagens qualitativas têm características comuns. Em primeiro lugar, referem-se à necessidade de levar em conta a participação e as percepções dos sujeitos envolvidos na criação e na implementação dos programas sociais. Em segundo lugar, consideram as relações e as representações como parte fundamental dos êxitos e limites das ações. Além disto, partem da crença de que é possível simplificar e tornar operativa, para fins de análise de intervenções, a abordagem antropológica. As abordagens qualitativas acreditam que os profissionais das áreas sociais, mesmo sem formação acadêmica em antropologia, teriam condições de aprender o instrumental da disciplina, para aplicá-lo na avaliação de ações e instituições, produzindo formas mais sistemáticas de críticas e sugestões de mudanças.

Ao treinar e sensibilizar profissionais de saúde, educação e serviço social, por exemplo, para utilizarem as técnicas de entrevista, grupos focais, observação,

descrição sociocultural, econômica e demográfica dos contextos analisados, os que atuam com avaliação qualitativa acreditam em um aumento de eficácia da observação do contexto. Pois é possível tornar mais compreensivas, sistemáticas, estruturadas e interativas tanto a proposta de intervenção como a definição da situação por parte de todos os atores sociais envolvidos na implementação da ação.

A proposta que se apresenta, aqui, tenta avançar em relação ao que é preconizado, de forma geral, pela *investigação avaliativa* convencional, mas se classificando dentro de sua tipologia.¹ Ela se fundamenta também na teorização do contexto e do conteúdo do programa a ser avaliado e usa os instrumentos operacionais para analisar a produtividade, os efeitos e o rendimento da intervenção. Mas acrescenta aos outros elementos, a observação e a análise da dinâmica visível e subjacente dos atores sociais envolvidos no processo e suas representações, tanto em relação à ação sob julgamento como no interior do próprio processo de avaliação. O grupo que constrói este livro denomina sua proposta *avaliação por triangulação de métodos* e no título que vem abaixo, explicita seus fundamentos e sua operacionalização.

Visando a fazer distinções, os autores esclarecem que a proposta de *avaliação por triangulação de métodos* não se confunde com o que é denominado, comumente, de *avaliação participativa*. Para ser coerente com as exigências teóricas da pesquisa participativa (Brandão, 1985; Gajardo, 1986) os interlocutores que são o alvo da observação, em um processo de avaliação participativa, deveriam tomar parte em todas as etapas da investigação: na sua concepção, na definição do problema, na teorização, no levantamento de dados, nas análises do material coletado e na elaboração dos resultados. Em elaborações sobre o tema, *avaliação participativa* se confunde muito com auto-avaliação (Waiselfsz, 1998; Mancuso, 1998; Cohen & Franco, 1993), *avaliação interna* ou ainda com procedimentos participativos no interior dos processos avaliativos (Demo, 1998).

Na *investigação avaliativa por triangulação de métodos*, a auto-avaliação faz parte do processo e o integra, mas o conjunto de elementos e procedimentos propostos é muito mais amplo e complexo, pois conjuga: a presença do avaliador externo; as abordagens quantitativas e qualitativas e, de forma relevante, a análise do contexto, da história, das relações, das representações e a participação.

¹ Existe uma grande diversidade, até confusão, de termos classificatórios de avaliação de programas sociais, conforme os autores. Por exemplo, Posavac & Carey (2003) consideram quatro tipos (avaliação de necessidades, de processo, de resultados e de eficiência), categorizando-os segundo o objetivo da avaliação. Utilizam-se, aqui, os conceitos de Contandriopoulos et al. (1997), que separam a avaliação técnica focalizada da avaliação contextualizada que emprega métodos científicos.

Em síntese, a *avaliação por triangulação de métodos* pretende ir além das duas formas de abordagem mais clássicas, a positivista e a compreensiva. No desdobramento metodológico e prático, os autores deste livro retomam os três pilares da avaliação tradicional e a eles agregam os princípios básicos da sociologia compreensiva, não como superposição e sim como síntese. Abordam-nos de forma complementar e dialética, fazendo dialogar questões objetivas e subjetivas, privilegiando a análise dos consensos, dos conflitos e das contradições que são indícios de mudança. Desta forma, em lugar de se apoiar num marco referencial disciplinar, a presente proposta amplia o espectro de contribuições teórico-metodológicas, de forma a perceber movimentos, estruturas, ação dos sujeitos, indicadores e relações entre micro e macro realidades.

Triangulação é um conceito que vem do interacionismo simbólico e é desenvolvido, dentro dessa corrente, primeiramente por Denzin (1973), significando a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista; a tarefa conjunta de pesquisadores com formação diferenciada; a visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação. Seu uso, na prática, permite interação, crítica intersubjetiva e comparação (Denzin, 1973; Minayo & Sanchez, 1993; Minayo et al., 1999; Minayo & Cruz Neto, 1999).

PREMISSAS E CONCEITOS DA AVALIAÇÃO POR TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS

Pode-se compreender *avaliação por triangulação de métodos*² como expressão de uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dele um construto (Schutz, 1982) específico.

Além da integração objetiva e subjetiva no processo de avaliação, essa proposta inclui os atores do projeto e do programa não apenas como objetos de análise, mas, principalmente, como sujeitos de auto-avaliação.

² O termo "métodos" está sendo empregado aqui no sentido quadripolar de Bruyne, Herman & Schoutheete (1991). Um método pode ser visto a partir de quatro pólos: epistemológico (vigilância crítica, regras da produção científica), teórico (conceitos e regras de interpretação), morfológico (regras de estruturação, de formatação do objeto científico) e técnico (controle da coleta de dados).

Essa postura ética e teórica que se fundamenta nos princípios da filosofia comunicativa (Habermas, 1987) propicia meios para que, no desenvolvimento do processo de análise, os que o implementam ou recebem seus influxos se apropriem da compreensão dos dados quantitativos e qualitativos gerados pelo trabalho e recolham subsídios para as mudanças necessárias.

Autores como Denzin (1973), Jick (1979), Samaja (1992) e Minayo (2004) estudaram tecnicamente a triangulação metodológica, demonstrando que seus princípios ecoam em uma vasta tradição das ciências sociais, seja por motivos práticos de validade ou por razões epistemológicas. Samaja (1992), em seu artigo sobre Metodologia e Dialética do Trabalho Interdisciplinar, demonstra que a integração acontece por razões práticas, sobretudo quando se trata de processar e analisar dados produzidos por vários instrumentos, na perspectiva de diversas disciplinas. Mas ela acontece também, diz o autor, por motivos epistemológicos, na medida em que se tenta superar as dicotomias entre quantitativo *versus* qualitativo; entre enfoque disciplinar *versus* interdisciplinar, entre outros. Samaja vai além, quando afirma que o processo de investigação, de uma forma explícita ou implícita, sempre utiliza conceitos e noções de várias áreas do conhecimento.

Jick (1979) encontra um valor universal na triangulação metodológica, ao constatar que cada método, por si só, não possui elementos mínimos para responder às questões que uma investigação específica suscita.

Já Denzin (1973) enfatiza a contribuição metodológica como instrumento de iluminação da realidade sob vários ângulos. Demonstra que essa prática propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva.

Uma das fundamentações mais importantes da *triangulação de métodos* se pode encontrar em algumas idéias de Kant, desenvolvidas no “Sistema dos Princípios do Entendimento”, em sua obra *Crítica da Razão Pura*. Kant ensina que a “a possibilidade da experiência é oferecida pela realidade objetiva a todos os nossos conhecimentos *a priori*” (1980: 115). Ora, a experiência se constrói na unidade sintética dos fenômenos, em uma síntese de conceitos sem o qual a ação não chegaria a se transformar em conhecimento. Logo, à atuação concreta subjazem princípios e regras universais relativas à unidade na síntese dos fenômenos, cuja realidade objetiva pode ser mostrada pela experiência: “é no objeto que a unidade sintética dos conceitos evidencia uma realidade objetiva” (Kant, 1980: 116).

Para Kant, o entendimento da realidade se fundamenta em quatro princípios básicos: os axiomas da intuição; as antecipações da percepção; as analogias da experiência e os postulados do pensamento empírico em geral. Nesta introdução apenas se comentam os dois iniciais.

O primeiro se fundamenta no fato de que as intuições são quantidades extensivas no tempo e no espaço que só podem ser apreendidas pela composição de homogêneos múltiplos e pela consciência da unidade sintética deste múltiplo. Os fenômenos, de acordo com Kant, são quantidades, mas quantidades extensivas, ou seja, são representados por partes homogêneas e sucessivas que conformam um todo.

O segundo princípio diz respeito à existência de uma quantidade intensiva que ocorre como um grau de percepção dos fenômenos. Esta percepção, segundo Kant, é a consciência empírica simultânea da intuição e da sensação. Ela é compreensão de que os objetos fenomênicos não são apenas quantidades extensivas ou intuições externas. Eles contêm, também, sensações sob forma de representação subjetiva. O sujeito é afetado e experimenta existencialmente o fenômeno que vivencia: isto constitui uma unidade do sistema de entendimento. Esta unidade é um grau, entre o qual e sua negação ocorre uma seqüência infinita de graus sempre menores. Daí se conclui que há diferentes graus de observação de uma experiência que contém, simultaneamente, quantidades extensivas e quantidades intensivas.

Kant chamou a quantidade intensiva de ‘qualidade’ das sensações, assinalando que a vivência desta qualidade é sempre empírica, não podendo, de modo algum, ser representada *a priori*. Portanto, as ‘percepções’, as ‘sensações’ são verdades reconhecidas apenas posteriormente. Porém, a propriedade de possuir um grau pode ser conhecida por antecipação. Da mesma forma, nas quantidades só se pode conhecer, *a priori*, uma qualidade: sua continuidade. E na qualidade, só uma quantidade extensiva, ou seja, a de ter um grau: “Chamarei matemáticos os dois princípios precedentes, sendo ambos constitutivos dos fenômenos” (Kant, 1980: 123).

Essas idéias filosóficas de Kant podem ser consideradas básicas para a *triangulação*, pois fundamentam a possibilidade de articulação de estudos de magnitude e de compreensão de forma complementar. A realização metodológica da proposta não exige grande teorização, uma vez que busca apenas integrar as vantagens da avaliação tradicional com a abordagem qualitativa e com os elementos dos processos participativos.

O ponto crucial do processo reflexivo é o que aponta ser possível exercer uma superação dialética sobre o objetivismo puro, em função da riqueza de conhecimento que pode ser agregada com a valorização do significado e da intencionalidade dos atos, das relações e das estruturas sociais. A postura dialética leva a compreender que dados subjetivos (significados, intencionalidade, interação, participação) e dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) são inseparáveis e interdependentes. Ela permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto.

PRÉ-REQUISITOS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS

A proposta de avaliação por triangulação depende de duas condições imprescindíveis. A primeira é de ordem prática. Consiste na exigência de uma equipe formada por profissionais de várias áreas que desejam trabalhar cooperativamente. Ela depende, portanto, de pessoas dispostas emocional e mentalmente ao diálogo e a experimentar a possibilidade de complementação entre diferentes métodos e disciplinas, realizando um movimento intelectual específico em direção a um objeto empírico. Como recorda Kant (1980), o objeto é o terceiro termo. Diante dele, a abordagem quantitativa e qualitativa produzirá a unidade sintética do múltiplo e do uno. Em torno do *objeto* aprofundam-se as reflexões em busca de compreendê-lo e explicá-lo em suas múltiplas dimensões.

A equipe de avaliação multidisciplinar deve, em um esforço dialógico, participar de todas as fases da investigação, desde a concepção até a apresentação dos resultados. O êxito deste trabalho em grupo de 'diferentes' requer capacidade de discutir, diferenciar e relacionar teorias, conceitos, noções e métodos, tratados como fragmentos teóricos de uma abordagem mais ampla. O resultado deste esforço é a substituição da hierarquia, *a priori*, dos campos científicos por uma visão cooperativa entre eles e o mundo da vida (Habermas, 1987).

A segunda condição, paradoxalmente, é a competência disciplinar de cada componente do grupo. A segurança disciplinar permite o aprofundamento teórico-metodológico em relação ao conhecimento do objeto. É necessário ter claro que se trata de combinação, de triangulação de métodos que conservam sua especificidade no diálogo inter ou transdisciplinar. Trabalham-se, portanto, de forma dialética, a integração

dos contrários e a distinção entre eles. Ao se juntarem, as especificidades metodológicas não se dissolvem, continuam a existir no trato com questões que exigem uma ou outra abordagem, como mostra a base filosófica de Kant (1980); e os estudos de Samaja (1992); Minayo & Sanchez (1993); Minayo (2004) e Minayo & Cruz Neto (1999). Samaja chama atenção para o fato de que a combinação de teorias e métodos é sempre desigual, havendo, na prática, a supremacia de uma disciplina sobre outra. Esta assimetria de 'poder' costuma ter vários motivos, que vão desde a idiosincrasia dos investigadores, até os objetivos pretendidos, o que levaria a priorizar aspectos da avaliação marcados disciplinarmente.

Além da articulação entre os opostos que se realiza na 'distinção e integração entre teorias e métodos' e o da 'dialógica entre investigadores e várias disciplinas', os avaliadores que trabalham com a triangulação precisam levar em conta alguns princípios atualmente trabalhados pelas teorias da auto-organização e da complexidade (Morin, 1993, 1996) e consideradas a partir da própria natureza dos processos sociais (Hartz, 1997; Minayo et al., 1999; Minayo & Cruz Neto, 1999).

O primeiro é o da causalidade complexa, que se opõe à visão de linearidade entre causa-efeito e enfatiza dimensões complexas, incalculáveis interações e inter-retro-ações que os fenômenos possuem. Destacam-se:

- as relações em uma visão hologramática no sentido de que o todo contém as partes, a parte contém o todo, mas parte e todo têm características e propriedades específicas;
- a inseparabilidade da ordem e da desordem em qualquer projeto, proposta ou organização;
- a irredutibilidade do acaso, da incerteza e do inacabado em todos os fenômenos sociais.

A idéia de causalidade complexa se fundamenta na constatação do dinamismo da realidade. Ela se apresenta ora em movimentos circulares, de mão dupla, ora em espiral, incorporando atrasos, contradições, desvios e orientações endógenas e exógenas.

O segundo princípio que complementa o da causalidade complexa é o da organização recursiva, da autoprodução e da auto-organização a partir de elementos previsíveis ou do acaso e por interferências internas ou externas. Essa constatação conduz a pensar, de maneira interativa, o papel do observador e

do objeto; da racionalidade e da emoção; da natureza e da cultura; da ordem e da desordem; do uno e do múltiplo; da ciência e do senso comum; do pensamento e da ação.

O terceiro princípio a ser observado é o *discursivo complexo* que comporta a associação entre conceitos e noções complementares e concorrentes, buscando entender seus diferentes níveis de desenvolvimento teórico e prático no interior das áreas disciplinares. Dentre as antinomias relevantes, se encontram as relações entre o universal e o particular; entre o global e o local; entre o micro e o macro; entre o coletivo e o individual; entre o todo e as partes; entre a análise e a síntese; entre as relações cêntricas, acêntricas e policêntricas.

Os princípios do pensamento complexo (Morin, 1993; 1996) questionam a razão fragmentada que se coloca exterior ao mundo da vida, terreno da práxis avaliativa tradicional formal e quantificadora. A triangulação de métodos também valoriza a quantificação. Mas compreende a quantidade como indicador e parte da qualidade dos fenômenos, dos processos e dos sujeitos sociais, marcados por estruturas, relações e subjetividade, culturalmente específicas de classes, grupos e segmentos profissionais, gênero, etnia e idade.

DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL À AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E AO DEPOIS...

A pesquisa avaliativa por triangulação de métodos que acompanhou o desenvolvimento do *Programa Cuidar*, e que aqui vai ser tomada como exemplo, em termos gerais, proporciona todos os elementos presentes em uma perspectiva *ex-ante*, de acompanhamento e do tipo *ex-post* (Cohen & Franco, 1993). Apresenta uma análise diagnóstica situacional inicial; uma avaliação da implantação e da implementação e, ao final, uma apreciação dos resultados, valorizando também o processo e as tendências, entendendo que os efeitos das intervenções sociais não findam quando ela cessa.

A primeira etapa da pesquisa avaliativa visa a reconhecer o estado do problema em relação ao qual ocorrerá a avaliação (*base-line*) no início do projeto. Seus parâmetros são os indicadores estabelecidos para o conteúdo da intervenção e os procedimentos estabelecidos para a implantação. Ela se constitui como uma Avaliação Diagnóstica Básica, precedendo o processo de intervenção.

Na avaliação da implantação, observam-se todos os passos necessários à efetivação da intervenção. Visa-se a:

- verificar a extensão do alcance do programa para a população-alvo;
- monitorar a “dose do programa”, ou seja, a frequência da sua aplicação e a participação dos sujeitos envolvidos nas atividades previstas;
- avaliar a variabilidade do contexto organizacional ou situacional na qual o programa se implementa;
- correlacionar a extensão na qual os programas são implementados e as metas propostas;
- mensurar o seu custo de implementação (McGraw et al., 1989, 2000).

Elder et al. (1994) acrescentam que essa avaliação permite verificar fatores ambientais e “eventos seculares” que podem afetar o resultado de um programa, independentemente das ações desenvolvidas. Constata-se, nos estudos sobre a análise de implantação que, em geral, os avaliadores utilizam diferentes perspectivas teóricas e modelos de pesquisa.

O estudo sobre a *implementação* de um programa, realizado *in loco*, visa:

- à análise da extensão com que ele alcança a população-alvo;
- à frequência e à intensidade de aplicação da proposta, bem como à participação dos sujeitos envolvidos;
- às questões organizacionais e administrativas;
- à viabilidade e variabilidade das metas propostas;
- à formação da equipe de intervenção nos diferentes níveis.

Quando realizada em diferentes etapas do processo, a análise da implementação permite também aferir mudanças ocorridas nos ambientes e nos atores sociais envolvidos, tendo em vista as estratégias em curso. E deve apontar pontos cruciais para a correção de rumos, visando ao sucesso do programa *pari passu* a seu andamento. McGraw et al. (2000) observam que as medidas para avaliação da implementação, sobretudo no caso das escolas, variam consideravelmente por falta de consistência e clareza na definição dos objetivos das ações a analisar.

A avaliação de resultados visa a dimensionar, qualitativa e quantitativamente, as diferenças entre o momento inicial e as metas atingidas ao final de uma intervenção. Como já se mencionou, estes resultados devem ser previstos da

forma mais clara possível dentro das estratégias de planejamento que antecedem aos primeiros passos da intervenção. Na análise da implementação, é possível dar ênfase ao que merece mais investimento, dedicação e empenho por ser essencial e o que pode ser dispensado ou pelo menos minimizado no caso de exigir grande dispêndio de energia e pouco acrescentar aos objetivos e metas propostos. Na avaliação de resultados, mesmo que formalmente se trabalhe colocando um ponto final em alguma ação, é preciso assinalar o caráter complexo e provisório dos processos sociais. As dificuldades de apropriação da totalidade das mudanças não ocorrem, como pensam McGraw et al. (2000) e outros positivistas, apenas pela imprecisão de instrumentos, mas pelo dinamismo dos fenômenos sociais. A dinâmica das intervenções quase nunca coincide, matematicamente, com a possibilidade de se medirem todos os benefícios, frutos de uma determinada ação, pois eles só amadurecem ao longo do tempo. O contrário também é possível: ao encerrar uma atividade, pode-se, também, estar inaugurando uma descontinuidade que traz efeitos negativos: a avaliação de resultados pode e deve assinalar a necessidade ou não de dar seqüência a algum tipo de intervenção.

É importante situar o *depois*, uma vez que, coerente com a filosofia de atuação proposta aqui, mesmo quando se apresentam os resultados, considera-se a avaliação um processo inacabado, no qual o ponto final provisório obedece a uma lógica de gestão da instituição que executa a intervenção, dos financiadores e dos parceiros.

Uma visão dialética da sociedade e das mudanças aconselha a olhar a intervenção social de forma dinâmica, conflituosa, contraditória e por vezes até imponderável. Isto quer dizer que transformações ocorrem por via de intervenções planejadas e, também, pelas mais impensáveis ocorrências, situações e circunstâncias que escapam mesmo às análises contextualizadas. Pode acontecer que a intervenção que está sob avaliação seja apenas um dos elementos causadores de mudanças, embora, talvez, o mais relevante.

OS PASSOS PRÁTICOS DA AVALIAÇÃO POR TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS

Do ponto de vista operacional, a triangulação de métodos é uma atividade de cooperação realizada por etapas. Didaticamente, pode-se desdobrá-la em oito passos: formulação do objeto ou da pergunta referencial que vai guiar

todo o processo e planejamento geral da avaliação; elaboração dos indicadores; a escolha da bibliografia de referência e das fontes de informação; construção dos instrumentos para a coleta primária e secundária das informações; organização e a realização do trabalho de campo; análise das informações coletadas; elaboração do informe final; entrega, devolução e discussão com todos os atores interessados na avaliação, visando à implementação de mudanças.

(1) Para a formulação do objeto ou da pergunta principal, é importante que os profissionais de várias disciplinas, os grupos e atores sociais a serem avaliados e quem encomenda a avaliação estejam juntos, pois esta primeira definição orientará todo o trabalho posterior. A seguir, se determinam os objetivos gerais e específicos do trabalho, a elaboração de um cronograma, os ajustes administrativos e as formas de solução de conflitos e problemas que sempre surgem. Nesta etapa de definições, fazem-se os acertos relativos às divisões de trabalho, às coordenações, aos espaços, aos ritmos e às abordagens. Em seguida, discutem-se os conceitos principais a trabalhar, os que atravessam as áreas de conhecimento e os que têm sua abordagem restrita a determinada área disciplinar.

Todos estes itens fazem parte do projeto de avaliação por triangulação de métodos. Supõe-se que o coletivo de trabalho, que inclui investigadores, agentes sociais e patrocinadores, deva estar junto para definir a proposta e compreender cada um de seus passos. O esforço devotado para completar esse desenho inicial varia em função da complexidade do programa e da relação com todos os agentes envolvidos, inclusive com os financiadores.

É fundamental insistir na comunicação dos avaliadores com os diferentes parceiros do programa de intervenção social a ser avaliado nos momentos de negociações, acordos e decisões que cercam a fase de planejamento de uma avaliação. Documentar os acordos feitos serve para rememorá-los aos participantes durante todo o processo, evitando-se discordâncias ou mudanças de rumo indesejadas. Aqui se realiza a primeira estratégia de triangulação, ou seja, a que privilegia os vários pontos de vista.

São várias as abordagens a partir das quais se pode preparar um guia de planejamento e implementação da avaliação. Para isso, precisam ser feitas reflexões que levem a decidir pelo modelo de abordagem que melhor responda ao desafio avaliativo colocado.

Alguns pontos merecem ser priorizados durante o planejamento, como lembram Posavac & Carey (2003), e são detalhados a seguir.

- ♦ Identificar o programa a avaliar, bem como todos os envolvidos em sua implantação, o que envolve sua descrição completa, seus desdobramentos, sua filosofia de intervenção, sua forma de gerenciamento; o *status* de seus agentes; o perfil da população-alvo, seu tamanho e foco, dentre outras características.
- ♦ Encontrar representantes dos que coordenam e dos que vão executar as intervenções. O diretor do programa de intervenção e os gestores intermediários são pessoas-chave para contatos, desde o início e durante todo a construção do projeto de avaliação. Mas é importante ouvir também outros atores, sobretudo os que vão atuar na prática, visando a compreender se há sintonia e consenso entre os que fazem a gestão e os que aplicam a proposta. A representação de pessoas em diversos níveis de envolvimento no planejamento da avaliação aumenta as chances de viabilização adequada da coleta de dados e do uso das análises para correção de rumos do projeto, se for o caso.
- ♦ Considerar a visão dos patrocinadores do programa, pois, em geral, eles têm objetivos específicos em relação ao seu investimento.
- ♦ Ouvir os clientes ou participantes e destinatários das ações, levando-se em conta seus mecanismos de interação.
- ♦ Formular perguntas básicas aos diferentes participantes: quem está solicitando a avaliação? Por que ela está sendo solicitada? Que tipo de avaliação parece mais apropriado para responder às demandas? Em que momento e por quanto tempo a avaliação deve ser realizada? Com que nível de detalhamento? Que recursos são necessários e que recursos estão disponíveis para tanto?
- ♦ Ter clareza de qual grupo deseja a avaliação e se há algum que resiste a ela. Em geral, tanto a equipe gestora e implementadora de uma intervenção social como os financiadores deveriam desejar uma avaliação que antecederesse e acompanhasse seu desdobramento, seguindo uma tendência contemporânea de implantação e implementação de políticas públicas (Bulmer, 1986). Porém, isto nem sempre acontece. É preciso fazer perguntas que induzam ao consenso quanto à necessidade coletiva de avaliar, pois esse processo só tem fluidez quando os envolvidos na proposta entram em entendimento. Em geral, os patrocinadores demonstram interesse nos indicadores que lhes assegurem o bom uso de seus investimentos. Os que não valorizam essa atividade, comumente,

não prestam atenção aos resultados, nem tampouco garantem apoio para as mudanças recomendadas.

- ♦ Debater, com diferentes atores, a pergunta central a ser formulada. E, a partir de então, os vários tipos de estratégias disponíveis e por que se recomendam algumas em especial. A incorporação simultânea de vários tipos de técnica, o que é bastante desejável, depende da complexidade das metas, dos objetivos do programa e dos recursos destinados à avaliação.
- ♦ Esclarecer o motivo pelo qual a avaliação está sendo solicitada. Os avaliadores devem dar grande prioridade à identificação das razões da demanda. Há alguns grupos que questionam a necessidade do programa? É o financiador que espera saber sobre o destino de seu investimento? Frequentemente, o interessado em conhecer a eficácia e a eficiência de sua atuação, assim como as tendências de seu trabalho para o futuro, é o próprio grupo que atua.

Faz parte do papel dos avaliadores conduzir a ambos, financiador e equipe de intervenção, na construção de um consenso sobre a pergunta central da avaliação. Algumas razões para avaliar programas são indesejáveis: é o caso do diretor ou coordenador que pede uma avaliação para esquivar-se de tomar decisões genuinamente gerenciais.

- Negociar o tempo de duração da avaliação. Frequentemente, os envolvidos em atividades de intervenção querem avaliações rápidas. É preciso fazer um balanço entre o desejo e os requisitos para se proceder a um trabalho cuidadoso, metódico e fundamentado. Os avaliadores devem considerar o tempo para preparar a proposta, para ter acesso aos registros, para promover encontros de definição da situação, para o desenvolvimento de critérios e medidas para respostas no médio e longo prazo, para observação exploratória de campo, para reunir dados e preparar apresentação de resultados.

Não há fórmula para determinar a duração deste processo. Ao longo de sua experiência teórica e prática, os avaliadores desenvolvem um senso do tempo necessário entre o preparo do projeto e a sua finalização, buscando adequar os instrumentos e as interações em função, também, das necessidades e das demandas.

Delimitar os recursos disponíveis. A disponibilidade de recursos é crucial para se prever o nível de detalhamento de um processo de avaliação. Em termos ideais, qualquer projeto social deveria prever, em seu orçamento, um montante de recursos para que ele pudesse ser acompanhado antes e durante todo o seu desdobramento. É preciso listar o custo de cada ação de avaliação, adequando-se às especificidades da demanda. É importante, também, fazer o controle orçamentário desde o momento em que começam a ocorrer os desembolsos.

- Ter certeza de que é factível avaliar a intervenção em curso. Embora a pergunta diga respeito, primeiro, a quem a executa, os avaliadores precisam fazê-la, na tentativa de produzir uma base racional para sua atuação. É fundamental ter certeza de que, procedidos os contatos e esclarecimentos (na medida do possível, coletivamente), os envolvidos assumam os objetivos e compartilhem os critérios que irão revelar se as respostas desejadas foram alcançadas. As melhores avaliações envolvem acesso ao desdobramento das atividades do programa durante o processo de implementação, respostas intermediárias sobre dificuldades e contradições e informações sobre a extensão e intensidade com que os participantes se apropriam dos objetivos, perseguem as metas e observam os aspectos éticos de sua ação.

Como se pode perceber, a fase de planejamento de uma avaliação é crucial e requer levar em conta uma série de ações. A determinação da metodologia a adotar é um dos pontos mais fundamentais desta fase, que vai orientar os investigadores sobre escolhas como desenho da pesquisa, definição amostral, coleta de dados e análise estatística. Preocupações com a adequação do tempo e orçamento são necessárias, pois pedidos de suplementação financeira e delongas nos prazos de cumprimento das atividades do projeto costumam causar constrangimentos, prejudicar as relações e, por vezes, retardar tomadas de decisão sobre correção de rumos das intervenções.

(2) A segunda tarefa prática em uma avaliação por triangulação de métodos é a criação dos *indicadores*. Esta etapa que deve reunir, outra vez, toda a equipe de pesquisa e, em uma perspectiva participativa, incluir também os grupos a serem avaliados, buscando-se decidir em conjunto os mais pertinentes, os que foram levados em conta na ação a ser avaliada, o valor que será dado a cada um e os critérios para julgá-los. O processo de construção de indicadores é parte essencial das mediações entre a pergunta central e os

instrumentos de pesquisa. A equipe de investigação deve antecipar o encontro com o grupo, elaborando e apresentando sua proposta sobre o assunto e abrindo uma ampla discussão sobre ele. O lugar dos indicadores corresponde ao que Kant denominou, em sua matemática transcendental, a síntese entre o pensamento e a realidade (1980: 123), ou o que Samaja chama representação de um procedimento (1992: 166). Segundo esse autor, todo dado científico vincula um conceito com o que está acontecendo na realidade a ser avaliada, mediante a execução de um procedimento aplicado a uma ou mais dimensões consideradas observáveis do dito conceito.

Os indicadores no caso da triangulação de métodos devem ser contextuais, relacionais e de medição da ação em si (absolutos). Por isto, precisam conter duas propriedades: primeiro, que sejam observáveis e, segundo, que permitam criar procedimentos para observá-los. Em síntese, um indicador deve permitir medidas quantitativas ou qualitativas, heurísticamente úteis para a intervenção. O momento de elaboração de indicadores é de fundamental relevância para o grupo, pois oferece a oportunidade de alinhar conceitos que, geralmente, estão na cabeça dos vários participantes, mas não têm o mesmo significado para todos. Nomeá-los e torná-los mais claros para todos permite um estreitamento interdisciplinar e até transdisciplinar, na medida em que estes conceitos se tornam unidades construídas coletivamente e sob vários ângulos de consideração.

(3) O terceiro passo consiste na definição das *fontes de informação*, de tal forma que cada indicador selecionado possa ser conhecido teoricamente e na sua expressão concreta. As fontes são os diferentes atores sociais (formuladores institucionais, gestores, técnicos, população atendida, financiadores), os documentos instituidores e históricos, os de convênio, os instrumentos operacionais, os relatórios de avaliação interna, de prestação de contas, de publicidade e outros.

Mas deve-se considerar também a leitura de bibliografia que possa compor o campo semântico da avaliação sobre os conceitos centrais, sobre os objetivos, indicadores e intervenções semelhantes e sobre o contexto de âmbito institucional, nacional e internacional.

A revisão da literatura deve permitir a discussão dos conceitos centrais, tanto teóricos como metodológicos, visando à criação de indicadores. Deve, também, tornar acessíveis informações sobre dificuldades metodológicas, políticas e práticas, bem como evitar repetição de fracassos e permitir aprender com os sucessos. Há indagações fundamentais sobre o material em exame:

de que maneira programas similares têm sido avaliados? Que desenhos de investigação foram usados? Que critérios, medidas e indicadores podem ser adaptados? Como se garantiram a confiabilidade e a validade? Que análises estatísticas foram feitas? Que análises qualitativas foram produzidas? Houve triangulação dos dados quantitativos e qualitativos? Os achados são conflitantes? Há consenso entre os relatos? Esses conflitos se devem a diferentes abordagens na definição da amostra, do desenho ou da interpretação? Que aspectos não foram considerados?

(4) A definição e a *elaboração dos instrumentos de investigação* constituem uma tarefa técnica de responsabilidade dos investigadores. Tendo em vista o objeto, os objetivos e os indicadores, os instrumentos de pesquisa empírica devem ser elaborados por meio de equipes organizadas disciplinarmente, como subprojetos que se incluam no todo e conttenham a idéia do todo, mas de forma peculiar. As abordagens quantitativas e qualitativas exigem teoria e métodos próprios e se prestam a fins de natureza diferenciada. As quantitativas visam a dimensionar e a quantificar os dados de processo ou de resultado. Já as qualitativas segundas são apropriadas para aprofundar a história; captar a dinâmica relacional de cunho hierárquico, entre pares ou com a população; compreender as representações e os símbolos e dar atenção, também, aos sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais.

Na construção dos vários instrumentos, é preciso incluir, no mínimo: a cobertura do programa, que se refere ao grupo-alvo atingido; a implementação das ações previstas; o ambiente organizacional e o envolvimento dos atores, o que diz respeito a seu envolvimento e a suas habilidades e atitudes em relação à realização do programa. Geralmente, o subgrupo qualitativo deve elaborar vários instrumentos, cada um destinado a atores específicos.

Esse momento de separação formal dos subgrupos não impede encontros informais. O importante é que seja seguido de reuniões coletivas com o objetivo de socializar, criticar e adequar os instrumentos construídos por ambos os lados à pergunta que provocou o processo de avaliação.

(5) O momento do *trabalho de campo* se beneficia de etapas preparatórias para ajustamento de conceitos, indicadores e instrumentos. Ele precisa, para seu êxito, contar com alguns antecedentes.

É bastante funcional que a equipe de avaliação possa contar com uma assessoria ou com coordenação executiva. Este assessor ou coordenador deve administrar os cronogramas de trabalho e as agendas de todos os atores sociais envolvidos, programando reuniões, entrevistas, grupos focais, respostas a questionários, disponibilização de material, de espaços e outros.

A experiência mostra que a realização de uma pesquisa interdisciplinar exige uma boa dose de trabalho de gestão que, quanto mais bem conduzido, mais favorece o bom desempenho de todos.

Outro antecedente importante é que investigadores de campo precisam compreender a pesquisa, seu escopo, seus objetivos e ser treinados para o adequado relacionamento com o ambiente e as pessoas, para a observação e para a aplicação dos instrumentos. Quando o investigador chega ao local da pesquisa, devem persistir poucas dúvidas quanto aos procedimentos a serem realizados e sobre como conduzir as interações com as pessoas.

Um processo de avaliação é uma ação ainda mais delicada do que outros tipos de pesquisa, pois, em geral, muitos participantes se crêm julgados e confrontados com os possíveis resultados. Esta situação peculiar exige que os trabalhadores de campo sejam pessoas com boa experiência, formação, sensibilidade e capazes de mediar conflitos.

(6) A *análise das informações* recolhidas recebe os influxos do êxito ou dos problemas das etapas anteriores. Por isto, a experiência em avaliação leva a valorizar cada parte do processo. Do ponto de vista operacional, esta etapa consiste na ordenação dos dados, na sua classificação e na análise propriamente dita. Busca-se comparar os objetivos gerais e específicos e os resultados, analisar o uso dos recursos e dos insumos previstos, dimensionar as metas determinadas para cada etapa do processo e os efeitos e impactos quantitativos e qualitativos da intervenção como um todo.

Trabalhando-se com triangulação de métodos, está previsto que as operações já mencionadas sejam realizadas, primeiro, separadamente. Os que utilizam questionários de acordo com o desenho e o modelo adotados passam a tabular, a digitar, a categorizar, a produzir estatísticas simples e cruzamentos, chegando, aos poucos, a análises capazes de transformar, em números, indicadores de processos e de resultados.

Quem faz análise qualitativa passa a separar as diferentes modalidades dos instrumentos aplicados e dos materiais históricos e institucionais reco-

lhidos. Em uma dinâmica de leitura que vai do campo para as categorias analíticas e vice-versa, estabelece as bases compreensivas da unidade reflexiva, que é o objeto ou a pergunta inicial.

Fazem parte desta etapa os vários encontros da equipe multidisciplinar para efetuar a compatibilização entre as informações quantitativas e qualitativas, e as análises de todo o material primário e secundário. Essa busca de diálogo entre disciplinas e abordagens, tem a finalidade de produzir um informe único, que deve conter não informações justapostas, mas o intercâmbio de teorias e métodos a favor do esclarecimento e do aprofundamento dos vários aspectos da realidade.

(7) A elaboração do *informe final* merece muita atenção dos avaliadores. Ele deve conter, sucintamente: o objeto de avaliação; os objetivos; uma síntese teórica dos conceitos principais que informam as análises; as metodologias de abordagem; a contextualização e a história da intervenção sob avaliação; a descrição dos processos avaliados sob a perspectiva de todos os atores; a análise da gestão e da logística da proposta; os resultados e as conclusões. Raposo (2001) adverte para a necessidade de se estar atento para o que chama de impacto ampliado do programa e que não havia sido previsto. Essas observações, embora sem indicadores e não-quantificáveis são, no entanto, informações relevantes e precisam ser registradas. Além de oferecer aos instituidores e financiadores uma melhor visão do alcance do projeto, poderão contribuir para a construção de novos indicadores.

O informe ou relatório, parcial ou final, não é e nunca será, na concepção da triangulação, um somatório de resultados disciplinares. É uma construção do coletivo de pesquisa, em forma de síntese. Nele, poderão existir capítulos mais históricos, outros de base mais estatística, outros com ênfase à elaboração de significados, mas cada um vem iluminado pela contribuição dos outros.

Esse conjunto de informações pode ser apresentado sob as formas intensiva ou executiva ou de ambas, concomitantemente. Considerando-se que, em geral, aos executores da intervenção interessa uma análise detalhada dos achados, é importante que se lhes seja oferecido um produto mais denso e pormenorizado.

No entanto, os resultados da avaliação interessam também – e principalmente – aos financiadores dos projetos. Em geral, essas pessoas são sumamente práticas e preferem documentos que contenham, em duas a três pági-

nas, de preferência ilustrados com gráficos ou outros recursos visuais, informações que lhes permitam balizar suas decisões de continuar a financiar, de redirecionar suas propostas, de investir mais em determinadas ações ou aspectos do problema em pauta.

Atenção especial deve ser dada ao capítulo final de resultados (seja de processo, seja de produto). Esta parte do relatório se compõe de sentenças, ao mesmo tempo, sintéticas e abrangentes, propiciando uma idéia geral de todo o trabalho. Devem-se destacar os aspectos críticos, as lições aprendidas e a visão de futuro.

(8) Merece relevância a dinâmica de comunicação dos resultados. Se possível, é importante ter a parceria dos atores que estão sendo avaliados em uma discussão preliminar dos achados da pesquisa.

Não se trata aqui de fazer concessões ou de negociar informações que poderiam mudar resultados indesejados para a instituição ou para os envolvidos. O aspecto ético da pesquisa precisa prevalecer sobre interesses corporativos, preservando-se um diálogo franco sobre os limites da intervenção social, sobre seus aspectos críticos e também sobre suas potencialidades.

Seja durante o trabalho ou ao final dele, é preciso valorizar a comunicação de informações que permitam, como previsto desde o início, gerar mudanças, corrigir rumos, potencializar ações e intervenções e constituir um aprendizado para todos.

Quando se trata de avaliação de programas que atuam por processos de intervenções sociais, é importante que avaliadores, avaliados e financiadores criem um consenso sobre as dificuldades de se estabelecerem conclusões fechadas: a proposta de realização da avaliação, por si só, já gera mudanças entre os que realizam a intervenção; mudanças sociais são difíceis, lentas e sutis. Inclusive muitas só se tornam visíveis por meios qualitativos ou depois que o processo de análise termina.

Sugerir a continuidade dos projetos e acompanhá-los sempre com instrumentos de avaliação que possibilitem manter vivo o sentido da ação talvez seja uma das mais importantes lições que os avaliadores de projetos sociais aprendem. Como lembra Lima (2004), a avaliação deve revelar os brotos, as flores, os ramos em desenvolvimento e não somente os frutos.

ALGUMAS SÍNTESES PARA OS AVALIADORES

Os avanços recentes da avaliação, como uma área de conhecimento específica, evidenciam importantes mudanças na postura dos profissionais. Em geral, a maioria deles, atualmente, busca integrar avaliados e avaliadores, pois os considera como aprendizes que, estudando e refinando conceitos e técnicas, crescem junto com o processo de análise.

Nessa concepção, a avaliação é muito menos classificatória e muito mais promocional. Serve para consolidar entendimentos e parcerias, apoiar mudanças sucessivas, corrigir rumos, ampliar o comprometimento dos diferentes atores e promover o aperfeiçoamento dos indivíduos, grupos, instituições e sistemas, lembra Penna Firme (2003).

No caso da *avaliação por triangulação de métodos*, uma das modificações fundamentais se dá quando a equipe de avaliação aceita o desafio de um trabalho cooperativo. Ressalta-se, uma vez mais, que, do ponto de vista teórico, a triangulação de métodos e as atividades interdisciplinares repousam em três posturas diferentes e complementares: (1) profundo respeito aos campos disciplinares; (2) relativização da visão fragmentada de cada um deles; (3) crença na capacidade dialógica dos pesquisadores frente a propostas teóricas e metodológicas diferentes e com os sujeitos que atuam no mundo da vida.

No entanto, a postura desejada dos que se envolvem nesse tipo de avaliação não inviabiliza o desenvolvimento de teorias, análises e publicações próprias ao campo de conhecimento de cada pesquisador. O que se sabe, por experiência, é que a produção disciplinar, resultante da experiência de triangulação – que compartilha as reflexões de outras áreas – nunca será igual ao fruto do esforço monológico do investigador individual e solitário. Nessa proposta, independentemente da área específica de cada um, todos recebem o influxo da interfertilização de saberes que, em certa medida, durante o processo de produção da avaliação, rompem barreiras epistemológicas, teóricas e práticas.

Breve apresentação do Programa Cuidar

Embora este estudo pretenda ser uma teorização sobre a prática, situa sua proposta de abordagem a partir dos elementos utilizados na avaliação do Programa Cuidar. O Programa constitui uma ação educativa cujas características são apresentadas resumidamente a seguir.

O Programa Cuidar é a base de uma modalidade de intervenção pedagógica elaborada pelo educador Antônio Carlos Gomes da Costa e viabilizada por meio da instituição que dirige, a Modus Faciendi. O objetivo fundamental dessa proposta é “promover, junto às redes públicas e particulares de ensino fundamental e médio, um projeto de educação para valores” (Modus Faciendi, 1999), envolvendo os estudantes, os professores e as famílias. Os valores a que a proposta se refere dizem respeito a cuidados consigo, com os outros e com o ambiente.

Assim, o Programa Cuidar, na sua formulação, não pretende acumular informações a serem transmitidas. Considera que a educação para valores é um jeito novo de apresentar o que a escola já vinha ensinando, mas privilegiando alguns enfoques, como cidadania, saúde, ética, aspectos afetivo-sexuais, ambientais, de orientação para o trânsito, para o consumo e para tantos aspectos relacionados à qualidade de vida dos adolescentes, das famílias, da comunidade e da sociedade em geral.

A forma de incorporação de valores é trabalhada com estratégias de promoção da autonomia, da solidariedade e da competência. Sua pretensão é de que o adolescente seja exposto a atividades que o levem a tomar decisões, a fazer escolhas e a eleger o próprio caminho diante das circunstâncias escolares e de sua vida familiar, assumindo conseqüências por suas opções, em cada situação. Atualmente, em vários países do mundo se experimentam processos de intervenção pedagógica baseada em valores (Vale, 1983; Watson, 1985; Onetto, 1998; Migliori, 1999; Duarte, 1999; Martinelli, 1996), o que situa o Programa Cuidar como uma iniciativa contextualizada na práxis educativa contemporânea.

O Cuidar inovou do ponto de vista de sua articulação. Para a implantação e a implementação da proposta, a liderança coube à Modus Faciendi, que concebeu o programa. Ela se associou a secretarias municipais de educação de vários estados do país, convidando escolas públicas e particulares das redes para aderirem ao projeto.

O financiamento coube ao Instituto Souza Cruz e a avaliação, ao Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Claves/Ensp), em parceria com o Instituto Fernandes Figueira (IFF), unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), uma instituição pública.

Testando a eficácia da filosofia proposta na prática e almejando, se bem-sucedida, a universalização da experiência, as instituições investiram em um tipo contemporâneo de avaliação *pari passu* ao planejamento e à realização das ações. A pretensão da instituição criadora do Cuidar é de que, se avaliado favoravelmente, o programa venha a se constituir como uma qualificação da atuação pedagógica, de modo que essa dimensão ontológica passe a ser explicitada e valorizada, fazendo frente a uma ética tecnicista e economicista típica da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILLAR, M. J. & ANDER-EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ATKINSON, S. Anthropology in research on the quality of health services. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (2): 283-299, 1993.
- BRANDÃO, C. R. *Repensando a Pesquisa Qualitativa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BULMER, M. *Social Policy research: lecture in social administration*. Londres: Macmillan Presse Ltd, 1986.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.
- CARVALHO, M. C. B. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, C. (org.). *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: APCCS, 2001. p. 59-73
- COHEN, E. & FRANCO, R. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CONTANDRIOPOULOS, A. P.; CHAMPAGNE, F.; DENIS, J. L.; PINEAULT. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Z. M. A. (org.). *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais a práticas da implantação de programas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.
- COSTA REIS, L. G. *Avaliação de projetos como instrumento de gestão*. São Paulo, 2004. (mimeo).
- DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1999.

- DENZIN, N. K. *The research act*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1973.
- DUART, J. M. *La organización ética de la escuela y la transmisión de valores*. Barcelona: Paidós, 1999.
- ELDER, J.P.; MCGRAW, S.A.; STONE, E.J.; REED, D.B.; HARSHA, D.W.; GREENE, T.; WAMBSGANGS, K.C. CATCH: Process evaluation of environmental factors and programs. *Health Education Quarterly*, supl. 2: 107-127, 1994.
- GAJARDO, M. *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa I y II*. Madrid: Taurus Editorial, 1987.
- HARTZ, Z. M. A. Explorando novos caminhos na pesquisa avaliativa das ações de saúde. In: HARTZ, Z. M. A. (org.). *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- JICK, T.D. Mixing quantitative and qualitative methods: triangulation and action. *Administrative Science Quarterly*, 24: 602-611, 1979.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Rio de Janeiro: Abril, 1980. Coleção os Pensadores.
- LIMA, M. A. M. Avaliação de programas gerenciais de t&d: uma proposta de metodologia flexível em construção. *Revista Eletrônica de Administração & Negócios*. Disponível em: <http://www.terravista.pt/enseada>. Acesso em 3/6/2004.
- MANCUSO, R. *Feiras de ciências: produção estudantil, avaliação e conseqüências*. São Paulo: FDE, 1998. Contexto Educativo, Série Ideias, n. 8.
- MARTINELLI, M. *Aulas de Transformação*. O Programa de Educação em Valores Humanos. São Paulo: Ed. Fundação Petrópolis, 1996.
- MCGRAW, S.A.; MCKINLAY, S.M.; MCCLEMENTS, L.; LASATER, T.M.; ASSAF, A.; CARLETON, R.S. Methods in program evaluation: the process evaluation system of the Pawtucket Health Program. *Evaluation Review*, 13 (5): 459-483, 1989.
- MCGRAW, S.A.; SELLERS, D.; STONE, E.; RESNICOW, K.A.; KUESTER, S.; FRIDINGER, F.; WECHSLER, E. Measuring implementation of school programs and policies to promote healthy eating and physical activity among youth. *Preventive Medicine*, 31: 86-97, 2000.
- MIGLIORI, R.F. Educação em valores humanos: o resgate da construção do indivíduo ético. In: BRANGER, L. N.; RODRIGUES, M. M.; VIEIRA, A.G. (orgs.) *O direito é aprender*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- MINAYO, M. C. S. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. *Revista de Saúde Pública*, 25 (3): 233-238, 1991.
- MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- MINAYO, M. C. S.; D'ELIA, J. C.; SVITONE, E. *Programa Agentes de Saúde do Ceará: estudo de caso*. Fortaleza: Unicef, 1990.
- MINAYO, M. C. S. & CRUZ NETO, O. Triangulación de métodos en la evaluación de programas y servicios de salud. In: BRONFMAN, M & CASTRO, R. (coords.). *Salud, cambio social y política: perspectivas desde América Latina*. México: Edamex, 1999. p. 65-80
- MINAYO, M. C. S. & SANCHEZ, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. IX, n.3, 239-262, 1993.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E.; ASSIS, S. G.; CRUZ NETO, O.; DESLANDES, S. F.; SILVA, C. M. P. F. Avaliação dos Centros de Orientação e Apoio Sorológico/CTA/COAS da Região Nordeste. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(2): 355-367, 1999.
- MODUS FACIENDI. *Programa Cuidar: Livro do Professor*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999. v.1
- MORIN, E. *Ciência como Consciência*. Lisboa: Europa-América, 1993.
- MORIN, E. *O Problema Epistemológico da Complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1996.
- NUNES, E. *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- NUTO, S. S. & NATIONS, M.K. Avaliação qualitativa dos serviços com processo de construção de cidadania. *Ação Coletiva*, 2: 25-29, 1999.
- ONETTO, F. *¿Con los valores quién se anima?* Buenos Aires: Bonum, 1998.
- PABON, H. *Evaluación de Servicios de Salud*. Cali: XYZ Editora, 1985.
- PATTON, M.Q. *How to Use Qualitative Methods in Evaluation*. Newbury Park: Sage Publications, 1987.
- PENNA FIRME, T. *Avaliação em rede*. [S.l.], 2003. Disponível em: <http://www.riits.org.br>. Acesso em 4/6/04.
- POSAVAC, E.J. & CAREY, R.G. *Program evaluation: methods and case studies*. New Jersey: Upper Saddle River, 2003.
- RAPOSO, R. Avaliação de ações sociais: uma abordagem estratégica. In: ÁVILA, C. (org.). *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: APCCS, 2001.
- ROSSI, P.; HOWARD, F.; LIPSEY, M. *Evaluation: a systematic approach*. California: Sage Publications, 1999.
- ROSSI, S. R. et al. Application of the transtheoretical model of behavior change to directory fat reduction. *International Journal of Psychology*, 27: 628-633, 1992.
- SAMAJA, J. La combinación de métodos: pasos para una comprensión dialéctica del trabajo interdisciplinario. *Educación Medico-Social*, 26 (1): 4-34, 1992.
- SCHUTZ, A. *A common sense and scientific interpretations of human actions*. Haia: Martiness Niphoff, 1982. Collected Papers, v.1.
- SCRIMSHAW, S. & HURTADO, E. *Rapid assessment procedures for nutrition and primary health care: anthropological approaches to improving programme effectiveness*. Tóquio: The United Nations University, 1987.
- SCRIVEN, M. Evaluation in the new millennium: the transdisciplinarity vision. In: DONALDSON, S. I. & SCRIVEN, M. (ed.). *Evaluating social programs and problems: visions for the new millennium*. Nova Jersey: Lawrence Earlbaum Associates Publishers, 2003.
- SILVA, L. M. V. & FORMIGLI, V. L. A. Avaliação em saúde: limites e perspectivas. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (2): 80-91, 1994.
- SILVA, R. S. & BRANDÃO, D. *Construção da capacidade avaliativa em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Instituto Fontes, 2003.
- UCHIMURA, K.Y. & BOSI, M. L. M. Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18 (6): 1561-1569, 2002.
- VALE, J. M. F. *Valor e educação: delineamento para uma teoria materialista de valores*. Tese de Doutorado (Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1983.
- WASELFSZ, J. *Avaliação participativa*. São Paulo: FDE, 1998. Série Idéias, n.8
- WATSON, J. *The Philosophy and Science of Caring Revised*. Boulder, Colorado: Colorado Associated University Press, 1985.
- WORTHEN, B. & SANDERS, J. Avaliação versus pesquisa. In: *Introdução à avaliação de programas sociais*. São Paulo: Instituto Fontes, 2004.

